

# OIT

## Rendimentos Adequados

Em continuidade à publicação do material divulgado na Reunião Tripartite de Alto Nível sobre Negociação Coletiva, realizada em novembro de 2009 pela OIT, nesta edição o tema abordado será "Rendimentos Adequados":

Uma remuneração adequada é aquela que assegure aos trabalhadores de ambos os sexos o sustento próprio e da família e que seja livre de quaisquer formas de diferenciação que tenham por base a discriminação. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2007, a renda média do trabalho principal para trabalhadores de 16 anos ou mais correspondia a R\$ 931 por mês, ou aproximadamente US\$ 460. Este valor representa um ganho real de 15% em comparação com 2004, mas está abaixo do nível registrado em 1995.

Existem muitas diferenças entre a renda média do trabalho recebida por diferentes grupos. Em 2007, a renda média das mulheres era de R\$ 745 e a dos homens R\$ 1.059. Isso significa que as mulheres recebiam 70,3% dos rendimentos dos homens. Ainda que essa diferença seja muito elevada, ela é inferior à registrada no início do período analisado (1992), quando as mulheres recebiam, em média, 61,5% dos rendimentos masculinos. As desigualdades de rendimentos entre os trabalhadores negros e brancos eram ainda maiores: em setembro de 2007 os brancos recebiam em média R\$ 1.184 e os negros R\$ 653, ou seja, apenas pouco mais da metade (55,2%) dos primeiros. Mesmo assim, houve avanços em comparação com 1992, quando essa porcentagem equivalia a 50,3%.

A renda média de setembro de 2007 (R\$ 931) está abaixo dos níveis logrados na segunda metade dos anos noventa, ainda que represente um ganho de 26,8% em comparação com os R\$ 734 alcançados em 1992. Após o Plano Real (1994) e o conseqüente controle da inflação, o rendimento médio subiu a R\$ 978 em 1995, alcançando R\$ 1.041 em 1997. A partir dessa data, os rendimentos caíram de forma sistemática até chegar a R\$ 807 em 2004. Desde 2004, os rendimentos começaram a recuperar-se devido à recuperação do poder de compra do salário mínimo e à retomada do crescimento econômico. A melhoria da conjuntura e a conseqüente diminuição do desemprego favoreceram aumentos salariais nas negociações individuais e coletivas entre trabalhadores e empregadores, assim como uma melhoria da situação das mulheres e da população negra no mercado de trabalho.

Desde setembro 2007, a principal fonte de dados disponíveis sobre remunerações é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), cujo levantamento abrange as seis regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, ou seja, aproximadamente 25% da população nacional economicamente ativa. Segundo os dados da PME de julho de 2009, para o agregado das seis regiões, o rendimento médio real habitualmente recebido pelos trabalhadores foi de R\$ 1.323, o que representa uma elevação de 3,4% em comparação com julho de 2008 (R\$ 1.280) e de 6,5% em comparação com julho de 2007, quando o rendimento médio real habitual era de R\$ 1.242.

Os rendimentos dos trabalhadores brasileiros sofreram uma pequena queda devido à crise econômica, baixando de R\$ 1.315 em setembro de 2008 a R\$ 1.298 em outubro do mesmo ano. Desde então, esse dado tem oscilado devido a efeitos estacionais, mas também pelo fato de que os trabalhadores que perderam os seus empregos com a crise foram principalmente aqueles com menos antiguidade no trabalho e, portanto, menores remunerações. Não obstante, o aumento nos rendimentos registrado em julho de 2009 indicam uma superação dessa situação.

É útil comparar o rendimento médio com a renda mediana, já que a renda média não revela possíveis diferenças de comportamento entre as diferentes faixas de renda e pode inclusive crescer em uma situação de aumento da desigualdade. A renda mediana equivale ao teto de remuneração dos 50% que ganham menos no mercado de trabalho. Em 2007, a renda mediana no trabalho era de R\$ 520, ou seja, correspondia a 56% da renda média do país. Em 1992, a renda mediana era R\$ 450, ou seja, 55% da renda média. O aumento na participação de 55% para 56% mostra um avanço, ainda que muito pequeno, na redução da desigualdade de rendimentos.

Outra maneira de medir a evolução da desigualdade é o indicador “taxa de remuneração baixa”, definida como a porcentagem de trabalhadores que ganham abaixo de 2/3 do rendimento mediano real. Este indicador mostra um importante avanço a partir de 2004, devido aos aumentos no salário mínimo. Em 2007, 18,8% dos trabalhadores ganhavam abaixo de 2/3 do rendimento mediano real, uma cifra significativamente inferior aos 31,4% registrados em 2004, aos 32,6% registrados em 1999 e 26,8% em 1992. Não obstante, continuam existindo importantes diferenças entre mulheres e homens, negros e brancos, e trabalhadores rurais e urbanos, onde 43,2% dos trabalhadores rurais ganhavam abaixo de 2/3 do rendimento mediano real, em comparação com 15,4% dos trabalhadores urbanos.

Como já mencionado, um dos fatores que contribuíram para elevar os rendimentos nos últimos anos foi a recuperação do salário mínimo. Em fevereiro de 2009, o salário mínimo no país foi fixado em R\$ 465, o que representa um ganho real de 75% em comparação com o nível de fevereiro de 2000, quando o seu valor estava fixado em R\$ 263 (medido em reais em fevereiro de 2009). Ao longo da década dos anos noventa não houve incremento real no valor do salário mínimo – o valor real de fevereiro de 1992 não correspondia a R\$ 277. O aumento real do salário mínimo na década dos 2000, particularmente a partir de 2003, significou uma melhoria significativa nas condições dos trabalhadores de baixa renda e menos qualificados, que muitas vezes têm pouco poder de barganha ou pertencem a categorias com reduzido nível de sindicalização. Como há grande proporção de mulheres e negros nestes trabalhos, ao ter impacto positivo na base da pirâmide salarial, a valorização do salário mínimo contribuiu também para diminuir as desigualdades de gênero e raça em termos de rendimentos.

Outro avanço importante no país foi a redução do número de trabalhadores pobres, medidos como aqueles com rendimentos abaixo do poder de paridade de compra (PPP) US\$ 1,25 e US\$ 2,00. As melhorias no mercado de trabalho na segunda metade do século do 2000 resultaram numa redução substancial da proporção de trabalhadores pobre no país. Em 1992, 16,2% dos trabalhadores brasileiros moravam em famílias cujos rendimentos diários per capita eram menores que US\$ 1,25; em 2007, a porcentagem foi reduzida a 6,2%. Da mesma maneira, em 1992, 30,5% dos trabalhadores moravam em famílias cujos rendimentos diários per capita eram menores que US\$ 2,00; em 2007, o número foi reduzido em quase na metade, a 15,4%. Como consequência, o Brasil está bem próximo de alcançar a Meta do Milênio para reduzir à metade, até 2015, o número de trabalhadores pobre no país.

Nas áreas rurais também existe uma alta incidência de trabalhadores não remunerados: 16,1% em 2007 em comparação com 2,2% nas áreas urbanas, devido à alta incidência destes trabalhos no âmbito da agricultura familiar. Mesmo assim, houve importantes avanços na redução de trabalhadores não remunerados, equivalente a 3,1 pontos percentuais entre 2001 e 2007. Não existe diferença nas taxas de trabalhadores não remunerados entre negros (4,6%) e brancos (4,3%), mas sim entre as mulheres (6,7%) e os homens (2,8%).